

PROVA DE DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1. Sobre o cumprimento de sentença de alimentos, analise as afirmações abaixo:

- I) A prisão civil do devedor somente é admitida na cobrança da dívida relativa aos três últimos meses e todas as que se vencerem no curso do processo, e deverá ser cumprida no regime fechado.
- II) A execução de alimentos provisórios deve ser realizada nos próprios autos, por ser uma fase do processo.
- III) O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode incluir o nome do executado nos cadastros de inadimplentes.
- IV) O débito alimentar autoriza a penhora do salário, limitada a 30% do valor total dos vencimentos.
- V) Optando pelo rito que contempla penhora, a parte executada deverá ser intimada para, em 15 dias, pagar o débito; passado esse prazo, incidirá a multa de 10% sobre o valor da dívida, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.

Estão corretas:

- a) I, III e V;
- b) II, III e IV;
- c) II, IV e V;
- d) **I e V.**

2. Em relação ao agravo de instrumento no novo Código de Processo Civil, assinale a afirmação correta:

- a) É cabível contra decisões interlocutórias proferidas em audiências.
- b) Nos autos de processo físico, é imprescindível a comunicação de sua interposição ao juízo de primeira instância prolator da decisão, no prazo de 5 dias, contados da sua interposição.
- c) **Na hipótese de processo eletrônico, não é necessário anexar cópia da petição inicial, procuração, decisão interlocutória e comprovante de intimação.**
- d) O prazo para sua interposição é de 10 dias.

3. No que tange aos juizados especiais cíveis, assinale a afirmação correta:

- a) O recurso cabível contra decisões interlocutórias é o agravo de instrumento.
- b) A ausência injustificada da parte autora na audiência de conciliação não implica a extinção do processo sem resolução do mérito, desde que representada por advogado ou defensor público.
- c) **Para a interposição do recurso inominado é necessário comprovar o recolhimento de custas nas 48 horas seguintes a sua interposição ou, se a parte for hipossuficiente, requerer a gratuidade de justiça.**
- d) Nas causas cujo valor for superior a 20 salários mínimos, a parte poderá comparecer sem advogado/defensor público.

4. Em uma ação de divórcio, o prazo para apresentação de contestação se inicia (assinale a afirmação correta):

- a) da data da juntada aos autos do mandado de citação;
- b) **da data da audiência de conciliação ou mediação, caso não haja autocomposição;**
- c) da data do recebimento da correspondência citatória ou da data da citação através do oficial de justiça;

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

d) da data de abertura de vista dos autos para o advogado ou Defensor Público.

5. São requisitos da usucapião familiar (assinale a afirmação correta):

- a) exercício da posse sobre imóvel urbano com *animus domini*, por 5 (cinco) anos, sem oposição, independentemente de justo título e boa-fé;
- b) exercício da posse sobre imóvel urbano pelo autor da ação e sua família, sem oposição, por 10 (dez) anos, com justo título e boa-fé, além de ser o imóvel utilizado para moradia;
- c) exercício da posse sobre imóvel urbano por 5 (cinco) anos, sem oposição, desde que o imóvel tenha até 250 metros quadrados e esteja sendo utilizado para moradia;
- d) exercício da posse exclusiva pela parte autora, por 2 (dois) anos, sem oposição, sobre imóvel urbano de até 250 metros quadrados, cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-se do mesmo para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

6. Em relação à responsabilidade civil, assinale a afirmação correta:

- a) Para a configuração da responsabilidade civil objetiva é necessária a comprovação da existência de culpa.
- b) Na hipótese de condenação, os juros de mora retroagem à data da citação, na responsabilidade civil extracontratual, e, na responsabilidade civil contratual, retroagem à data do evento danoso.
- c) Na hipótese de condenação, os juros de mora retroagem à data do evento danoso, na responsabilidade civil extracontratual, e, na responsabilidade civil contratual, retroagem à data da citação.
- d) O fato exclusivo da vítima não afasta a configuração da responsabilidade civil objetiva.

7. No tocante à gratuidade de justiça, assinale a afirmação correta:

- a) É necessário que a pessoa natural comprove documentalmente sua situação financeira para poder obter a gratuidade.
- b) A gratuidade compreende, além das custas do processo, taxas e impostos que deveriam ser pagos pela parte, como o imposto de transmissão em inventário.
- c) No caso de pessoa jurídica, é necessária a comprovação de que a mesma não pode arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios.
- d) Revogada, na sentença, a gratuidade concedida, o recurso cabível é o agravo de instrumento.

8. Sobre o direito de família, assinale a afirmação correta:

- a) Na ação de investigação de paternidade, os alimentos retroagem à data da sentença.
- b) A sentença que define a guarda de crianças e adolescentes está subordinada à cláusula *rebus sic stantibus*.
- c) Não se admite a adoção por casal homoafetivo.
- d) O regime da separação de bens é obrigatório para quem casar com mais de 65 anos.

9. Sobre o contrato de fiança, assinale a afirmação correta:

- a) O bem de família do fiador não pode ser objeto de penhora.
- b) A fiança é um contrato oneroso.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

- c) O cônjuge, no regime da comunhão parcial, pode prestar fiança sem a outorga do outro cônjuge.
- d) **Caso ocorra aditamento do contrato de locação, o fiador somente estará vinculado caso concorde com o aditamento.**

10. Em uma comarca do interior do Estado do Rio de Janeiro, a única empresa de ônibus que atende determinada localidade rural decide interromper suas atividades no local. Os moradores então comparecem à Defensoria Pública para tentar resolver a questão. O Defensor Público, antes de ajuizar a demanda, busca a empresa para celebrar acordo e obtém êxito em seu desiderato, pactuando termo de ajustamento de conduta. Sobre a situação e as figuras jurídicas envolvidas, analise as afirmações abaixo:

- I) A Defensoria Pública teria legitimidade para ajuizar ação civil pública, mas não para celebrar termo de ajustamento de conduta, por falta de previsão legal quanto ao termo de ajustamento de conduta.
- II) O termo de ajustamento de conduta deve ser homologado judicialmente para que ganhe força executiva.
- III) Na hipótese de não cumprimento do estabelecido no termo de ajustamento de conduta, a Defensoria Pública poderá ajuizar, em nome próprio e independentemente da provocação dos moradores, ação de execução.

Estão corretas:

- a) Somente a I;
- b) Somente a II;
- c) **Somente a III;**
- d) Todas estão erradas.

Questão dissertativa:

Maria José constituiu união estável com Antônio dos Santos. Moravam em um imóvel que havia sido construído pelos pais de Antônio. Quando foram residir no local, havia apenas um quarto, uma sala e um banheiro. Posteriormente, construíram outro quarto, uma cozinha, uma varanda, quintal e garagem. Após o falecimento de Antônio, Maria José continuou a residir no local, na companhia de sua irmã Cristina. João Alfredo, único irmão de Antônio, ajuizou, em nome próprio, ação de reintegração de posse em face somente de Maria José, alegando que era proprietário do imóvel, fruto da herança de seus genitores, adquirido pelo princípio da *saisine* (valendo esclarecer que os inventários dos genitores não chegaram a ser abertos, o mesmo ocorrendo com o inventário de Antônio). Não foi concedida a medida liminar requerida pelo autor e chegou o momento da resposta. Na defesa de Maria José, analise a questão litigiosa e informe qual a defesa a ser apresentada, bem como as alegações que devem ser formuladas (observado o princípio da eventualidade), seja no que diz respeito ao direito processual, seja em relação ao direito material.

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

11) Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, notadamente quanto à decisão de pronúncia, é INCORRETO afirmar que:

- a) da decisão de pronúncia cabe recurso em sentido estrito.
- b) na decisão de pronúncia, o juiz decidirá, motivadamente, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada.
- c) na decisão de pronúncia, é permitido ao juiz valorar de forma aprofundada e exaustiva os elementos de prova até então produzidos, sendo-lhe exigido, ainda, por expressa disposição legal, que refute, de maneira peremptória, eventual tese de legítima defesa, impedindo, em qualquer caso, sua análise pelo Tribunal do Júri.
- d) a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

12) Considerando as disposições processuais penais previstas na Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a opção correta:

- a) Nos crimes de ação penal pública a proposta de transação penal é sempre oferecida pelo juiz, quando presentes os requisitos legais, e não pelo Ministério Público.
- b) A suspensão condicional do processo se aplica apenas às infrações penais de menor potencial ofensivo, não sendo possível seu oferecimento em procedimento criminal que não seja da competência dos Juizados Especiais Criminais.
- c) O furto simples, (art. 155, *caput*, do CP), que ostenta pena mínima prevista em abstrato de 1 (um) ano de reclusão, não admite a aplicação da suspensão condicional do processo, mesmo quando presentes os demais requisitos previstos no art. 89 da Lei nº 9.099/95.
- d) O delito de ameaça (art. 147 do CP), que possui pena máxima prevista em abstrato de 6 (seis) meses de detenção, constitui infração penal de menor potencial ofensivo.

13) Sicrano, natural do Carmo, trabalha em Sapucaia e mora em Teresópolis. De passagem por Sumidouro, sem observar regras de trânsito, colidiu com um veículo, vindo a causar lesões no passageiro do seu carro, seu amigo, Beltrano, que morava em São José do Vale do Rio Preto. Em razão do local de domicílio do réu, a ação penal foi proposta em Teresópolis. Assinale a opção CORRETA, considerando que todas as cidades citadas constituem Comarcas distintas:

- a) Em razão do princípio da ampla defesa, está correta a posição garantista do promotor, a despeito do juiz natural.
- b) Em razão da indenização futura que haverá de ser paga à vítima, a ação penal deveria ter sido deflagrada em São José do Vale do Rio Preto.
- c) Está incorreta a posição adotada pelo promotor que ofereceu a denúncia, de maneira que deverá ser apresentada exceção de incompetência para que não haja prorrogação da competência.
- d) Está incorreta a posição adotada pelo promotor que denunciou, pois o Juízo Criminal de Teresópolis é absolutamente incompetente, bastando argüir esta tese defensiva por simples questão de ordem em qualquer momento do processo.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

14) Fulano foi indiciado em crime de homicídio em razão do que foi apurado em inquérito policial regularmente instaurado na cidade onde a materialidade dos fatos foi constatada. Encaminhada a investigação ao Ministério Público, o promotor com atribuição opinou pelo arquivamento do inquérito, pois entendeu que a autoria estava indefinida, uma vez que havia também outra pessoa, Sicrano, como igualmente suspeita, mas que não tinha absolutamente qualquer relação com Sergio Mario. Inconformado com o arquivamento e tendo em vista que o promotor se removeu para outra Comarca, a autoridade policial determinou a abertura de novo inquérito, indiciou apenas Fulano, rapidamente realizou as mesmas diligências do outro inquérito e encaminhou o novo para o outro promotor que acabou por denunciá-lo. Assinale a resposta CORRETA:

- a) Fulano responderá à ação penal e poderá ser pronunciado e submetido ao Tribunal do Júri, pois, nesta fase processual, vige o princípio *in dubio pro societate*.
- b) O juiz deve rejeitar a denúncia por ausência de possibilidade jurídica do pedido.
- c) À vista do princípio da indisponibilidade da ação penal pública, o arquivamento pode ser revisto.
- d) A investigação não poderia ter sido retomada, diante da ausência de notícia de fatos novos, tampouco oferecida a denúncia, que então deverá ser rejeitada pelo magistrado.

15) Em relação ao crime de apropriação indébita descrito no artigo 168 do Código Penal, é correto afirmar:

- a) Comete o crime o agente que mantiver consigo, indevidamente, a posse de bem móvel que foi temporariamente transferida ao agente;
- b) Somente comete o crime o agente que mantiver consigo, indevidamente, a posse de bem fungível;
- c) Somente comete o crime o agente que mantiver consigo, indevidamente, a posse de bem infungível;
- d) Comete o crime agente que mantiver consigo a posse de bem móvel que foi definitivamente transferida ao agente.

16) Em relação à liberdade no curso do processo, assinale a opção CORRETA:

- a) Não cabe liberdade provisória em crimes inafiançáveis;
- b) Cabe liberdade provisória para crimes inafiançáveis;
- c) Não cabe liberdade provisória em crimes hediondos
- d) Cabe liberdade provisória, por fiança prestada ao Delegado, nos crimes apenados em abstrato em até 8 anos de prisão.

17) Acerca da prescrição, é INCORRETO afirmar que:

- a) o oferecimento da denúncia constitui causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.
- b) o prazo de prescrição da pretensão punitiva e da pretensão executória quanto ao delito do art. 28 da Lei 11.343/2006 é de 2 (dois) anos.
- c) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o autor do fato era, a tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos.
- d) em caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

18) Beltrano, primário, foi condenado pelo delito de lesão corporal no âmbito doméstico (artigo 129, § 9º, do Código Penal), na forma da Lei 11.343/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), à pena de 3 meses de detenção sob regime aberto. Qual medida despenalizadora ou desencarceradora pode ser reclamada em favor de Joaquim?

- a) Transação penal.
- b) Suspensão condicional do processo.
- c) **Suspensão condicional da pena.**
- d) Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

19) Fulano, primário, foi flagrado na posse de 5 frascos de desodorante subtraídos, sem violência, de uma grande rede de supermercados. A autoridade policial arbitrou fiança que foi paga, vindo Fulano a responder em liberdade pelos fatos para os quais foi oferecida denúncia pelo promotor. Assinale a opção CORRETA. Considerando o princípio da insignificância, o seu acolhimento implica no reconhecimento da:

- a) **Ausência de tipicidade.**
- b) Ausência de ilicitude.
- c) Ausência de culpabilidade.
- d) Ausência de pressuposto processual.

20) Em relação aos crimes culposos, assinale a resposta INCORRETA:

- a) É impossível a tentativa.
- b) **Se o réu for reincidente em crime culposo, não incide o disposto no artigo 44 do Código Penal, de modo que não será possível a substituição da prisão privativa de liberdade por restritiva de direitos.**
- c) Não é possível a participação.
- d) É atípica a conduta culposa de destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

DISCURSIVA: Alexandre, primário, portador de bons antecedentes, empregado da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) há 7 (sete) anos e com residência fixa na Comarca de Volta Redonda há mais de 10 (dez) anos, foi em preso em flagrante delito, pela prática, em tese, de tráfico ilícito de entorpecentes, por estar na posse de 5 (cinco) papétes de cocaína para venda a terceiros. Considerando que Alexandre não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa e que as testemunhas do fato são apenas os policiais que participaram da sua prisão, responda:

- a) Recebida pela Defensoria Pública a comunicação da prisão em flagrante, quais argumentos poderiam ser deduzidos, a fim de se obter a liberdade provisória de Alexandre?
- b) Caso convertida a prisão em flagrante em preventiva pelo juiz criminal, qual medida poderia ser intentada, perante outro órgão jurisdicional, em favor de Alexandre?
- c) Ao final da instrução, uma vez comprovadas materialidade, autoria e que o entorpecente se destinava, efetivamente, à venda a terceiros, quais teses defensivas poderiam ser ventiladas em favor de Alexandre?

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

21 – Em relação ao processo legislativo, é correto afirmar:

- a) Todas as espécies legislativas estão sujeitas à sanção e ao veto.
- b) As regras sobre iniciativa privativa de leis ordinárias e complementares se aplicam às propostas de emenda à Constituição Federal.
- c) O Defensor Público-Geral Federal detém a iniciativa de lei que trate da criação ou extinção de cargos de defensor público federal.
- d) A Constituição Federal expressamente admite a proposta de emenda constitucional por iniciativa popular.

22 – Em relação à Defensoria Pública, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Às Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e dos Estados são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.
- b) Não é possível a existência de Defensoria Pública Municipal.
- c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- d) A Defensoria Pública é órgão vinculado ao Poder Executivo.

23 – No que se refere aos princípios e aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção **incorreta**.

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- b) O rol dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal é meramente exemplificativo.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) Os direitos são bens e vantagens conferidos pela norma, enquanto as garantias são instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos ou prontamente os repara em caso de violação.

24 – Quanto aos direitos sociais, assinale a alternativa **incorreta**:

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

- a) É solidária a obrigação dos entes federativos de fornecimento de medicamentos para o tratamento de saúde.
- b) Os direitos sociais impõem uma prestação positiva a ser implementada pelo Estado, sendo considerados direitos fundamentais de segunda geração ou dimensão.
- c) Por estarem fora do elenco do art. 5º, da Constituição Federal, os direitos sociais não são considerados direitos fundamentais.
- d) O direito social de assistência aos desamparados é materializado através da assistência social.

25 – A autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas estaduais foi prevista expressamente na Constituição Federal:

- a) Em seu texto original.
- b) Após inclusão realizada pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- c) Após inclusão realizada pela Emenda Constitucional nº 74/13.
- d) Após inclusão realizada pela Emenda Constitucional nº 80/14.

26 – São órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos:

- a) A Relatoria de Liberdade de Expressão, a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- b) A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Defensoria Interamericana;
- c) A Corte Interamericana e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- d) A Comissão Interamericana e a Defensoria Interamericana de Direitos Humanos.

27 – Qual dos tratados internacionais abaixo foi recepcionado no ordenamento brasileiro na forma do art. 5º, parágrafo 3º da CRFB:

- a) Pacto São José da Costa Rica- Convenção Americana de Direitos Humanos;
- b) Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Convenção de Nova York;
- c) Convenção para Erradicação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará;
- d) A Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

28 – Segundo a Jurisprudência Internacional sobre direitos humanos, são direitos absolutos:

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

- a) o direito a não ser torturado e o direito a contar com um advogado proporcionado pelo Estado
- b) o direito a não ser condenado com base em provas ilícitas e o direito ao nome;
- c) o direito a não ser escravizado e o direito à propriedade;
- d) o direito a não ser torturado e o direito a não ser escravizado;

29 – Escolha a opção que **não** se enquadra no rol de garantias judiciais previsto no art. 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos:

- a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do júízo ou tribunal;
- b) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei
- c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;
- d) o direito a ser acusado por um promotor independente e imparcial;

30 – Qual das afirmações abaixo é **falsa**:

- a) São destinatários das 100 Regras de Brasília: os responsáveis pela concepção, implementação e avaliação de políticas públicas dentro do sistema judicial; os Juízes, Promotores, Defensores Públicos, Procuradores e demais servidores que laborem no sistema de Administração de Justiça em conformidade com a legislação interna de cada país; os Advogados e outros profissionais do Direito, assim como os Colégios e Agrupamentos de Advogados; polícias e serviços penais. E, com caráter geral, todos os operadores do sistema judicial e quem intervém de uma ou de outra forma no seu funcionamento.
- b) De acordo com o mandato da regra 42 das 100 Regras de Brasília, é obrigatória a adoção de medidas de aproximação dos serviços do sistema de justiça àqueles grupos da população que, devido às circunstâncias próprias da sua situação de vulnerabilidade, se encontram em lugares geograficamente longínquos ou com especiais dificuldades de comunicação.
- c) A Conferência Judicial Ibero-americana, dentro do marco dos trabalhos da sua XIV edição, considerou necessária a elaboração de Regras Básicas relativas ao acesso à justiça das pessoas que se encontram em condição de vulnerabilidade. Desta forma, este documento não possui força judicial, não obrigando nenhum juiz ou qualquer outro funcionário.
- d) Segundo as 100 Regras de Brasília, consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

QUESTÃO DISCURSIVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS: (20 PONTOS)

JOSÉ e MARIA são candidatos à Prefeitura Municipal de Paracambi. MARIA era secretária municipal de cultura antes de concorrer à Prefeitura, tendo no ano passado organizado a “Parada Gay de Paracambi”, evento que reuniu 5 mil pessoas na principal avenida da cidade. Em comício realizado no parque de exposições do Município, JOSÉ, para desqualificar sua adversária, afirmou que lugar de mulher é dentro de casa cuidando de filho e de marido e que quando assume cargo na prefeitura fica inventando moda, à exemplo da “Parada Gay de Paracambi”. Disse que isso havia atraído vários homossexuais para a cidade, o que colocaria em risco não só a saúde dos munícipes, mas também atacaria os valores morais da família paracambiense. Considerando o caso relatado, disserte sobre os limites da liberdade de expressão frente à possíveis violações aos direitos humanos no discurso.